



DECLARAÇÃO DE VOTO

Integrando, como membro efetivo, os eleitos do Grupo Parlamentar do Partido Socialista na Comissão de Inquérito para Apuramento das Responsabilidades pelas Decisões que Conduziram ao Processo de Subconcessão dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo voto contra o relatório apresentado.

Apresento esta declaração de voto individual para explicitar as razões desse voto contra.

Assento a minha posição nos seguintes pressupostos e considerações:

- Aquando da apresentação do projeto de relatório pela Deputada relatora, e mais uma vez deve condenar-se a prática de este ser apresentado uns dias antes à comunicação social e só depois no local formal e institucional adequado, o que desprestigia, na minha opinião, a Comissão de Inquérito, os Deputados do Partido Socialista tiveram a oportunidade de salientar que, embora não personalizado, o que é louvável, o relatório merecia um conjunto de reparos que, a seu tempo, seriam transcritos para as propostas de alteração a apresentar, por forma a construir um documento que explicitasse a totalidade dos factos exarados nas diversas audições e nos documentos remetidos a esta comissão;

- Salientámos, ainda, que as nossas divergências assentavam, essencialmente, em sete temáticas deficitariamente vertidas no relatório, nomeadamente:

i. A abordagem desvirtuada aos auxílios estatais e a perceção errónea de que já teria sido emitida uma decisão final condenatória por parte da DGCOM, quando, na realidade, ainda se encontra em apreciação o processo de investigação levantado contra a empresa ENVC por alegados auxílios de estado;

ii. A limitação temporal das dificuldades económico-financeiras da empresa ao período entre 2004 e 2011, quando é perçível dos documentos remetidos a esta comissão que a sustentabilidade financeira dos ENVC nunca foi devidamente materializada nos exercícios anteriores a 2004, agravando-se inclusive a partir de 2011;

iii. A abordagem ao contrato entre a Atlânticoline e a ENVC como o grande problema da empresa que levou a este desfecho, quando a empresa continuou a laborar e a receber e construir encomendas, tendo-se a sua “certidão de óbito” materializado apenas com a decisão de subconcessão tomada pelo atual executivo;

iv. A consideração de que o desfecho do processo de privatização assenta na inevitabilidade da decisão condenatória da DGCOM de contornos financeiros insustentáveis para a empresa, omitindo por completo o conteúdo da Resolução do Conselho de Ministros que dita o encerramento deste procedimento sustentado na falta de cumprimento dos requisitos necessários por parte dos candidatos a concurso;

v. A análise ao processo de subconcessão que suprime por completo a querela existente quanto à aplicabilidade do Código dos Contratos Públicos (a sua inaplicabilidade assenta exclusivamente num parecer extemporâneo à abertura do concurso), sublinhando-se ainda a falta de transparência no desenvolvimento do processo (a grande maioria das deliberações do júri não constar das atas) e a não garantia de continuidade da atividade da construção naval na região;

vi. O papel das entidades sindicais na dinâmica laboral dos ENVC que também não fica claro neste relatório, inclusive se for tido em conta o absentismo na empresa nos últimos dois anos e meio e o facto destes sindicalistas terem recebido, através do plano social da empresa, as indemnizações mais elevadas com a respetiva rescisão contratual;

vii. O futuro da empresa ficar por esclarecer no relatório apresentado, depois de evidenciadas fragilidades do ponto de vista legal, nomeadamente o facto de não estarem salvaguardados os contratos nos quais a ENVC é parte e que, num futuro de extinção da mesma, ficam por acautelar.

Sete temáticas em que me revejo integralmente.

- Face a estas premissas, os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentaram as seguintes propostas de alteração que subscrevi:

NOVO PONTO – A constituição desta CPI assenta nos pressupostos inscritos no requerimento apresentado pelos proponentes, nomeadamente para “apurar as

circunstâncias e as responsabilidades que levaram à decisão de extinção dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo e a concessão das suas instalações a uma empresa privada”;

2 (Junção dos pontos 1 e 2) – As suspeitas de falta de transparência, de ilegalidades e, mesmo, de negócios nebulosos, pese embora ainda se encontrem em aberto processos judiciais sobre a matéria, não resultaram provadas em qualquer dos depoimentos, parecendo por isso acusações infundadas e claramente despropositadas;

3 – Ficou demonstrada a existência de muita instabilidade nos diversos Conselhos de Administração da ENVC e da EMPORDEF, sendo que, **em muitos desses mandatos**, houve alterações na sua composição.

4 – O endividamento da empresa **foi uma constante, salientando-se contudo o ano de 2009 como um ano francamente nefasto para a situação económico-financeira da empresa.**

5 – (...).

6 – (...).

7 – Esta auditoria, tendo sido realizada por solicitação da Assembleia da República, **não foi** atempadamente remetida ao Parlamento.

8 – Entre 2003 e 2013, das 22 novas construções, só duas (em 2004 e em 2005) não deram prejuízos, **sendo que o pior resultado verificou-se em 2004 com um navio químico que constituiu um prejuízo de 22M€;**

9 – **Essas novas construções tiveram prejuízos acumulados de 103.082.528,20€**, com custos realizados sempre superiores aos custos orçamentais.

10 – (...).

11 – (...).

12 – **Eliminar**

13 – A empresa, **em determinados períodos**, apresentou excesso de mão-de-obra, relativamente às suas necessidades, com o elevado absentismo e baixa produtividade, abordados por muitos depoentes como difícil de contornar, **a decorrer, muitas vezes, da ação das próprias estruturas sindicais e, nos últimos dois anos e meio, da total inatividade da empresa.**

14 – (...).

15 – Relativamente ao Plano de Construções da Marinha, constata-se **um grau muito diminuto de execução desde 2005, não sendo possível quantificá-lo devidamente em função das alterações entretanto sofridas e que diminuiram o seu objeto.**

NOVO – No Conselho de Ministros de 13 de setembro de 2012, o Governo optou, atendendo ao processo de reprivatização da ENVC, por revogar a resolução do Conselho de Ministros sobre o programa relativo à aquisição de navios destinados à Marinha Portuguesa e autorizar o Ministro da Defesa Nacional a proceder à revogação dos contratos entre o Estado Português e os Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

16 – (...).

17 – Existia também nos ENVC uma cultura de pouca colaboração com organizações nacionais **afins para se resolverem as debilidades internas.**

18 – **O contrato com a Atlânticoline foi o tema dominante** desta CPI.

19 – A rejeição deste navio por parte da Atlânticoline foi mesmo designada por inúmeras entidades ouvidas como a “Certidão de Óbito” da ENVC, **embora se verifique que, após essa rejeição, os ENVC conseguiram concluir dois Patrulhas Oceânicos para a Marinha Portuguesa e celebrar um novo contrato de fornecimento com a PDVSA.**

20 – Este negócio importou prejuízos **inquantificáveis** para a empresa ENVC.

21 – Pese embora, das audições tenham resultado inúmeras contradições entre os vários depoentes, ficou claro que este é um exemplo paradigmático da incapacidade de gestão que a empresa teve ao longo de muitos anos, **bem como dos efeitos nefastos da partidarização de assuntos empresariais pelos agentes político.**

22 – Logo na fase pré-contratual, não fica esclarecido qual o interesse económico na relação contratual **da ENVC** com a *Portbridge Engineering*, cujo grau de intervenção foi apenas a subcontratação da *Petrobalt*, **devendo porventura este assunto merecer uma investigação judicial mais aprofundada.**

23 – (...).

24 – (...).

25 – (...).

26 – O acordo arbitral alcançado em fase posterior à resolução do contrato **acabou por servir apenas os interesses da Atlânticoline, pois a ENVC não conseguiu, entretanto, vender o navio Atlântida.**

27 – Na perspetiva da boa gestão da ENVC, a **grande maioria das entidades ouvidas não defendeu** este acordo arbitral.

28 – (...).

29 – (...).

30 – Das audições, conclui-se que este foi um processo com uma clara intervenção política **de vários quadrantes políticos.**

31 – (...).

32 – (...).

33 – (...).

34 – (...).

35 – Foi efetuado à ENVC um pagamento inicial de 10% do valor do contrato, no montante de 12,8M€, sendo que este valor não foi utilizado para a execução do contrato mas para outras necessidades da ENVC, **designadamente para o pagamento de vencimentos devidos aos trabalhadores.**

36 – (...).

37 – (...).

38 – (...).

NOVO PONTO – Até à subconcessão dos ENVC não foi iniciada a construção dos asfalteiros, sendo certo que os incumprimentos contratuais, no que respeita aos prazos, continuam a ser um problema jurídico e diplomático inerente a este contrato.

39 – Existiram 250 milhões de euros de contrapartidas de equipamentos que entraram na ENVC, valorizados pela Comissão Permanente de Contrapartidas, e que vieram a sofrer imparidades, **sendo considerados no ativo dos ENVC em menos de 50 milhões de euros.**

40 – (...).

41 – (...).

42 – (...).

43 – (...).

44 – Este plano que previa um investimento de cerca de 70 milhões de euros, para repor o equilíbrio financeiro da ENVC, além de alterações ao modelo de gestão da empresa e redução de número de trabalhadores, nunca foi apresentado à Comissão Europeia, ~~onde se constata que houve violação de normas comunitárias.~~

45 – (...).

46 – Estas entidades sempre estiveram contra qualquer mudança na empresa no sentido de reduzir os seus trabalhadores, **inviabilizando, conseqüentemente, medidas com vista a tornar a empresa mais viável e sustentável.**

47 – (...).

48 – Conclui-se também que este plano de reestruturação ~~que~~ previa o despedimento de 420 trabalhadores. ~~assentava em pressupostos não executáveis em 2011.~~

49 - Em Junho de 2011 a situação era a seguinte: a EMPORDEF não tinha Presidente, a ENVC não tinha Presidente e apresentava um passivo de mais de 250 milhões de euros, os seus capitais próprios eram negativos e superiores a 100 milhões de euros, a dívida bancária era de mais de 160 milhões de euros, os contratos estavam praticamente todos em situação de incumprimento, ~~não havia encomendas para fazer, operar e executar,~~ existiam dívidas de fornecedores de muitos milhões de euros com penhoras em curso, as rendas dos terrenos e edifícios estavam por pagar há muitos anos e o Fundo de Pensões tinha um défice de 14 milhões de euros.

50 – (...).

51 – (...).

52 – (...).

53 – (...).

54 – **Pese embora a pouca intervenção que teve no processo**, o presidente da comissão especial de acompanhamento da reprivatização, Senhor Dr. José Manuel Fernandes, **diz ter procurado garantir** a plena observância dos princípios da transparência, do rigor, da isenção, da imparcialidade e da melhor defesa do interesse público, ao longo de todo o processo.

55 – **Face ao memorando enviado à DGCOM pela Secretaria de Estado do Tesouro e das Finanças, a 3 de outubro de 2012, a explicitar as medidas estatais que visam maximizar as receitas decorrentes da privatização**, foi o Governo notificado, ainda nesse mês, pela

DGCOM, solicitando elementos adicionais sobre as condições de reprivatização, suscitando reservas e pedindo elementos sobre alegados auxílios no passado, no valor de cerca de 400 milhões de euros.

56 – (...).

57 – (...).

58 – (...).

59 – (...).

60 – A decisão de abertura de investigação aprofundada refere-se a eventuais auxílios de estado prestados entre 2006 e **2012, tal como consta da decisão de abertura do processo de investigação aprofundada pela DGCOM.**

61 – Resulta claro da decisão publicada que, o facto de esses **eventuais** auxílios nunca terem sido previamente notificados à Comissão Europeias, **torná-los-ia ilegais, a confirmarem-se.**

62 – No que respeita à compatibilidade de tais medidas com o mercado interno, a Comissão Europeia **considera que se afigura** que, no momento em que foram concedidos, os apoios à ENVC não respeitaram as regras em matéria de auxílios à construção naval e que, no caso de serem considerados como auxílios, só poderiam ter sido aceites ao abrigo do regime dos auxílios de emergência e à reestruturação.

63 – (...).

64 – A **convicção do Sr. Ministro da Defesa Nacional, que nunca reuniu pessoalmente com o Comissário Joaquín Almunia**, era a de que a posição da Comissão Europeia não deixava ao Governo qualquer alternativa quanto à forma de lidar com a questão dos auxílios estatais.

65 – (...).

66 – (...).

67 – (...).

68 – (...).

69 – **ELIMINAR.**

70 – (...).

71 – O processo de reprivatização é encerrado através da Resolução do Conselho de Ministros de 27/2013 de 17 de abril **que determina “a conclusão do processo de venda direta de referência no âmbito do processo de reprivatização da empresa Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A. (ENVC, S.A.), com a rejeição da proposta vinculativa apresentada pela JSC - RiverSea Industrial Trading (RSITrading), por se entender que as condições constantes da referida proposta apresentada, nomeadamente o preço, os termos e as garantias exigidos pela RSI Trading, constituem compromissos excessivos e insuscetíveis de serem assumidos (...)”**.

72 – (...).

73 – (...).

74 – Atendendo à impossibilidade de continuar este processos de reprivatização, num **eventual** quadro em que a DGCOM entenda não ser possível a manutenção da atividade económica de uma empresa beneficiária de auxílios ilegais, encontrou-se uma alternativa.

75 – Assim, a solução alternativa teria de passar, **na hipótese de uma decisão condenatória por parte da DGCOM**, pela não continuidade da atividade económica da ENVC, com valorização dos respetivos ativos, de forma concorrencial e aberta.

76 – (...).

77 – (...).

78 – A subconcessão ao **único concorrente admitido a concurso**, West Sea, empresa do Grupo Martifer, **procurou** salvaguardar todos os constrangimentos legais, bem como a atividade a construção e reparação naval, **não obstante o objeto da mesma abranger ainda a instalação de indústria de fabricação de componentes para aerogeradores eólicos ou o exercício da indústria metalomecânica e de atividades complementares ou conexas a todas estas.**

79 – (...).

NOVO PONTO – Fica demonstrado que das atas não há qualquer referência às diversas deliberações formuladas pelo júri após a abertura das propostas, com exceção da deliberação que admite apenas uma das duas propostas apresentadas.

80 – O enquadramento jurídico do processo de subconcessão foi sustentado por parecer, **extemporâneo em relação à abertura do concurso**, do Prof. Doutor Mário Esteves de Oliveira, denominado *“In(aplicabilidade) dos regimes de contratação pública à formação do contrato*

de Subconcessão da utilização privativa do domínio público e áreas afetadas à concessão dominial da “Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A.”

81 – (...).

NOVO PONTO – A ENVC, S.A. continua por liquidar, ficando por esclarecer o futuro dos contratos em que a mesma consta como parte bem como do material que continua por alienar, inclusive do material adquirido após a concretização do processo de subconcessão.

NOVO PONTO – O encerramento dos ENVC, embora difícil de quantificar segundo o Presidente do C.A. da Empordef, custa entre 250 e 300 milhões de euros.

Propostas em que, subscrevendo-as, como já afirmei anteriormente, me revi integralmente.

Particpei, até, numa reunião de trabalho entre os eleitos do PS e a Deputada relatora no sentido de procurar aproximar posições e melhorar o relatório.

Essencialmente através da adoção de propostas fatuais, fundadas nas audições e documentação recebida, que não traduzissem uma mera lógica partidária de branqueamento a qualquer Governo por parte de maiorias parlamentares conjunturais. Passadas ou atuais.

Concluída essa reunião de trabalho e após reflexão posterior da Deputada relatora registo, e registaram os Deputados do Partido Socialista, que a relatora, pese embora ter aceitado um conjunto de alterações propostas pelo Partido Socialista, ainda que muito parcial, menos de metade das propostas apresentadas, escusou-se a um entendimento no que respeita às matérias respeitante ao atual Governo, nomeadamente no que concerne aos processos de reprivatização e de subconcessão e à investigação da DGCOM.



Tal fato, só por si, justifica o nosso voto contra e justifica o meu em particular.

O Partido Socialista refutou a apresentação de um relatório assente numa visão parcial dos factos e que não só subverte a efetiva realidade (nomeadamente no que respeita à investigação que está a ser produzida pela DGCOM) mas também limita temporalmente aquele que era o objeto desta comissão, não fazendo grandes considerações de fundo quanto ao desfecho final da empresa e aos efeitos nefastos a ela associados, como os custos do encerramento da ENVC e as consequências para a atividade económica nacional mas sobretudo local.

O Partido Socialista sempre defendeu a continuidade dos ENVC e nunca contestou a continuidade do Estado na sua gestão, seja mediante a sua reestruturação, seja mediante a reprivatização de parte da empresa.

O Partido Socialista não concorda com o cenário atual dos ENVC. Um cenário de perda de capital humano muito qualificado. Um cenário de perda de um setor estratégico nacional como é a construção naval. Um cenário de destruição de uma empresa que, ao longo dos anos, foi-se afirmando nacional e internacionalmente.

E, no essencial, revejo-me nessas posições.

Pelo que acompanho, também no essencial, nesta Declaração de Voto, as posições expressas na Declaração de Voto dos meus colegas.

No entanto, não acompanho a visão parcelar da votação conclusão a conclusão. Prévia a uma votação final global.

Visão que conduziu a uma multiplicidade de votos diferenciados nas conclusões por parte de diferentes Partidos e, também, por parte dos Deputados do Partido Socialista: umas a favor, outras abstenção e a maioria contra.

E quis deixar isso expresso.



Para mim, o relatório é um todo interdependente na sua parte expositiva, nas suas conclusões e nas suas recomendações.

Em especial, nas conclusões. A própria Deputada relatora não se cansou de afirmar que as conclusões eram sequenciais, tinham uma lógica global e estavam interligadas.

Logo, uma vez que o relatório, configura, na minha opinião, um branqueamento a toda e qualquer conclusão que possa beliscar, ainda que ao de leve, o atual Governo, não poderia votar, globalmente, de outra maneira, que não contra.

E votando contra globalmente fazia, para mim, mais sentido votar contra toda e qualquer parte do relatório. Pois este é um todo.

Ainda que concordando com algumas conclusões estas não fazem sentido por si só.

Fariam sentido integradas num todo que fosse, também, fatural e correto.

O que não acontece em muitas situações pois apresenta, este relatório, conclusões que, parcial ou totalmente, não têm adesão à realidade.

Não obstante esta minha posição acompanhei o voto diferenciado do Partido Socialista. E quis explicitar, também, nesta declaração de voto, porquê.

Acompanhei porque me pauto por valores de lealdade e solidariedade política na tomada de decisões. E a aceitação de votação diferenciada conclusão a conclusão foi tomada na minha ausência momentânea da reunião. Ausência motivada pela exigência da minha presença na reunião da Comissão Parlamentar de Economia e Obras Públicas, onde sou o Coordenador do GPPS, que decorria ao mesmo tempo.

Não estando presente entendi não dever contrariar, à posteriori, uma decisão dos meus colegas. E decidi acompanhar as suas decisões.

Mas a bem da transparência e da coerência de posições penso que deveria registar para memória futura esta diferença de opinião que teria expresso se estivesse presente no momento exato em que a decisão foi tomada.



Por fim, gostava de deixar uma nota sobre as Comissões de Inquérito. É lamentável esta tendência de maiorias parlamentares conjunturais procurarem branquear nos seus relatórios aquilo que possa afetar os Governos que suportam.

Isso não prestigia o Parlamento, o mandato dos Deputados e as Comissões de Inquérito.

É tempo de mudar as regras do seu funcionamento na lamentável impossibilidade de mudar a atitude da maioria.

Assembleia da República, 9 de julho de 2014.

O Deputado

Rui Paulo Figueiredo